COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 1.098, DE 2024

Altera a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incluir a produção de dados salariais com recorte por orientação sexual e identidade de gênero.

Autora: Deputada DUDA SALABERT

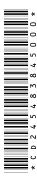
Relator: Deputado CLODOALDO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.098, de 2024, de autoria da Deputada Duda Salabert, propõe alterações na Lei nº 14.611, de 2023, e no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (CLT), para incluir a produção de dados salariais com recorte por orientação sexual e identidade de gênero. A proposta busca ampliar a transparência salarial e combater a discriminação no ambiente de trabalho, garantindo a equiparação salarial independentemente de sexo, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, nacionalidade ou idade. Além disso, o projeto prevê a criação de registros administrativos que permitam a autoclassificação do trabalhador em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero, respeitando a privacidade dos indivíduos e a legislação de proteção de dados.

A proposição foi distribuída às seguintes comissões: de Trabalho; de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 Regimento Interno). O projeto de lei está sujeito à apreciação conclusiva das comissões (Art. 24 II Regimento Interno), pelo regime de tramitação ordinário (Art. 151, III, Regimento Interno).





Encerrado o prazo de cinco sessões para emendamento ao projeto (de 19/06/2024 a 08/07/2024), não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

2024-13176

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1.098, de 2024, de autoria da Deputada Duda Salabert, propõe importantes alterações na Lei nº 14.611, de 2023, e no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

As inovações têm como objetivo ampliar a transparência salarial e reforçar o combate à discriminação no ambiente de trabalho, gerando a inclusão de dados relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. A proposição legislativa harmoniza-se com os princípios constitucionais de igualdade e não discriminação, sendo merecedora de aprovação por esta Casa.

A inclusão de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero nos relatórios de transparência salarial, conforme o art. 1º, acarretará maior visibilidade às desigualdades enfrentadas por trabalhadores LGBTQIA+ no mercado de trabalho. O texto determina que os relatórios contenham "dados anonimizados e informações que permitam a comparação objetiva entre salários e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia", observando também aspectos de raça, etnia, nacionalidade e idade. Essa medida é essencial para identificar e combater as disparidades que afetam minorias historicamente marginalizadas.

Outro ponto relevante é a alteração sugerida ao art. 461 da CLT, ampliando a vedação de discriminação salarial. A nova redação estabelece que "a todo trabalho de igual valor corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, nacionalidade ou idade". Tal inclusão dá concretude ao princípio da isonomia salarial e representa um avanço expressivo no combate a práticas





discriminatórias, conferindo maior proteção a grupos que ainda sofrem com a desigualdade de tratamento no mercado de trabalho nacional.

O § 6º do art. 461 do texto consolidado, ao estabelecer que o pagamento das diferenças salariais não afasta o direito à indenização por danos morais, confere mais uma garantia aos trabalhadores. Essa previsão não apenas busca corrigir financeiramente a discriminação sofrida, mas também reconhece os danos intangíveis, como humilhação e constrangimento, decorrentes de práticas discriminatórias. Trata-se de um dispositivo que reflete um entendimento moderno e mais humano sobre as consequências das desigualdades no ambiente laboral.

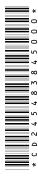
Outro avanço importante proposto pelo projeto de lei é a criação de registros administrativos que contemplem campos para a identificação da orientação sexual e identidade de gênero dos trabalhadores, conforme o art. 3º. Ao incluir essas informações em formulários como os de admissão e demissão, acidentes de trabalho e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a proposição legislativa tem por escopo gerar dados estatísticos confiáveis, essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes de inclusão e combate à discriminação no trabalho.

Importante destacar que o projeto de lei respeita a autonomia dos trabalhadores ao facultar a opção de não informar a orientação sexual ou identidade de gênero, como previsto no § 2º do art. 3º. Isso assegura que os trabalhadores que não se sintam confortáveis em fornecer essas informações não serão obrigados a fazê-lo, preservando, assim a privacidade e os direitos individuais.

A obrigatoriedade de coleta de dados por autoclassificação, contida no § 1º do art. 3º, garante que a identidade de gênero e orientação sexual sejam autodeclaradas, respeitando a subjetividade de cada indivíduo. A autoclassificação é um avanço na maneira como os dados são tratados, uma vez que reflete o reconhecimento da pluralidade das experiências individuais e evita a imposição de categorias rígidas ou inadequadas.

Adicionalmente, o projeto de lei propõe que os dados coletados observem a legislação de proteção de dados pessoais, o que é uma medida





prudente e que garante a segurança e anonimização das informações sensíveis. A inclusão dessas salvaguardas demonstra a preocupação com a proteção dos direitos dos trabalhadores em todas as esferas e contribui para uma implementação responsável da lei.

O projeto de lei também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva ao se alinhar a convenções internacionais de direitos humanos e trabalho decente, como as promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao exigir a produção de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, o Brasil se posiciona de forma progressista e comprometida com a superação de desigualdades.

Portanto, a proposição legislativa, ao ampliar a transparência salarial e garantir a inclusão de minorias no mercado de trabalho, representa um avanço necessário para a promoção de justiça social.

Por esses motivos, este parecer é favorável à sua aprovação, reconhecendo que as medidas nele contidas são fundamentais para a construção de um ambiente de trabalho mais equitativo e inclusivo.

Ante o exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.098, de 2024, dele ressaltando seus fundamentos jurídicos e sociais.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado CLODOALDO MAGALHÃES Relator

2024-13176



